

Economia Brasil O caminho da recuperação

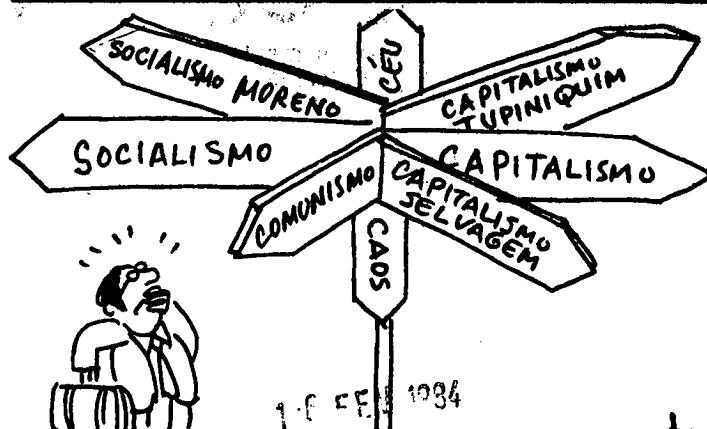
São inegáveis as seqüelas deixadas pela crise. Mais que na economia, no organismo social, sob a forma de desemprego, baixa de padrão de vida, inquietação ante o futuro. Há alguns dados preocupantes: a falta de emprego e o subemprego atingem, hoje, a 20% da população ativa, e a oferta de trabalho recuou aos níveis de 1973.

Outros indicadores econômicos também retratam a agudeza do panorama brasileiro: a capacidade ociosa do setor de material elétrico chegou a 84%, em julho de 1983; o de mecânica, também a 34%; o de alimentação, a 24%. Na média, o ramo industrial ficou com 25% de seu potencial produtivo paralisado.

São marcas profundas, sem dúvida, e só nos cabe a decisão de enfrentá-las, com determinação. Haverá saída no médio prazo? Creio que sim, desde que, no corrente ano, salbamos preparar as bases da recuperação no próximo biênio, conscientes de que dispomos de reais trunfos a explorar. Por exemplo: dinamizar a nossa estrutura agrícola, abrindo caminho para a retomada industrial, incrementar as exportações, aproveitando-se dos preços competitivos dos nossos produtos e da recuperação das economias industrializadas; intensificar a busca de recursos energéticos domésticos.

Persistem, é verdade, dois fatores estruturais realmente inibidores de reação: as dívidas externa e interna. No caso dos débitos com o exterior, superada a fase do maior aperto, conviria concentrar as negociações no reescalonamento mais am-

MARIO GARNERO



plio, de maneira a permitir a folga requerida pela recuperação. A rolagem de curto prazo esgotou suas possibilidades, e mais um período de incerteza quanto ao fechamento das contas externas, além dos males implícitos, conduzirá a efeitos psicológicos significativos.

No tocante à dívida interna, que deve ter atingido a US\$ 24 bilhões ao final de 1983, as autoridades econômicas adotaram a postura correta, atacando o crônico problema dos déficits públicos e dos subsídios.

E de lamentar-se que essa política venha a produzir impacto negativo sobre setores produtivos dependentes de encomendas governamentais. Mas não há alternativas para domarmos a inflação, a não ser pelo frontal combate aos dispêndios públicos, cujo controle, especialmente se seletivo, permitirá a tão esperada queda inflacionária.

As seqüelas deixadas pela atual crise têm, por outro lado, a sua contrapartida. A crise inspira e gera oportunidades de adaptação a uma nova realidade, que insistia-

mos em querer ignorar, num surrealista exercício de abstração perante o concreto. A crise deu-nos a oportunidade de repensar os impulsos a projetos de eficácia duvidosa, em termos do conjunto da sociedade brasileira. Abriu-nos os olhos para verdades elementares, mas não praticadas, como a de que o Governo não pode gastar mais do que ganha. Devolveu-nos o sentimento de austeridade, que parecia ter-se esvalido alhures e em algum estágio perdido no tempo. Criou em nós, enfim, a consciência de que somente com trabalho e com sacrifícios poderemos superar o grave momento nacional.

Do ponto de vista da atividade empresarial, a crise também apresenta outra face: a da racionalização das práticas gestoras dos negócios. Foi preciso que ela ocorresse para nos darmos conta de alguns excessos também dentro do setor privado, como, por exemplo, o pouco caso ante a necessidade de substituir o consumo de petróleo por energia elétrica ou outro insurno de produção interna. Ou, ain-

da, a baixa produtividade detectada em muitas empresas, inclusive de serviços, com uma acentuada elevação dos custos finais.

Estamos a pagar o preço de um prolongado festival de desperdício, encabeçado pelo setor público. Agora, a conta chegou, e é imperativo saldá-la. A questão que se coloca perante todos nós é como liquidar a fatura com um mínimo de equilíbrio social. Como fazer? Antes de mais nada, abandonando os projetos mirabolantes, e concentrando a aplicação judiciosa dos recursos em programas que garantam padrões máximos possíveis de ocupação de mão-de-obra. Programas de habitação e alimentação, por exemplo.

Como segundo passo, firmando a convicção de que é urgente e inadiável revigorar o atual estado do organismo social, sob pena de comprometermos o êxito de qualquer processo de reconstrução da economia. Os investimentos sociais vão ditar, em larga parte, a substância da retomada do crescimento.

Por fim, acredito que somente uma clara e coerente manifestação ideológica quanto ao modelo econômico a ser seguido doravante poderá impedir que seqüelas duradouras se transformem em efeitos irrevissíveis. Como em outros países, a predominância do Estado também falhou no Brasil. No capitalismo aperfeiçoado que sejamos capazes de construir está o melhor caminho.

Mário Garnero é presidente do Conselho de Administração do Brasilinvest.